

PLANO ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2026





Índice

Quatro Décadas de Compromisso: Pela Proteção e pelos Direitos da Criança	5
Mensagem da Direção	7
Sumário Executivo	8
Estrutura Organizacional	9
Missão, Visão e Valores	9
Áreas de Intervenção Estratégica	10
Eixos Estratégicos	11
Ações a Desenvolver	12
Prevenção	14
Intervenção	17
Participação	22
Conhecimento	24
Cooperação	26
Projetos Financiados	28
Orçamento 2026	33
Atas	41

Quatro Décadas de Compromisso: Pela Proteção e pelos Direitos da Criança

O Instituto de Apoio à Criança (IAC), fundado em 1983 por iniciativa da Dra. Manuela Ramalho Eanes, e fiel ao legado inspirador do Dr. João dos Santos, reafirma o seu desígnio maior: contribuir para o **Desenvolvimento Integral da Criança, na defesa e promoção dos seus Direitos**.

Ao longo de mais de quatro décadas, fomos pioneiros em serviços essenciais – da Linha SOS Criança (116 111) aos projetos de intervenção comunitária inovadores. Essa herança de inovação e intervenção reflete-se no nosso Plano de Atividades de 2026, que se foca nos eixos de **Prevenção, Intervenção, Participação, Conhecimento e Cooperação**.

O foco estratégico deste ano é na proteção dos mais vulneráveis e na influência política e social para garantir que a infância se mantém no centro da Agenda Nacional. Através dos nossos projetos – do Consultório Social às Escolas de Segunda Oportunidade – e da parceria de toda a comunidade, prosseguimos com o objetivo de tornar o mundo mais justo e digno para todas as crianças e jovens.

O IAC em colaboração com o Estado acredita que a política da infância é uma obra de toda a comunidade. Juntos, faremos de 2026 um ano de intervenção mais forte e de maior impacto no desígnio de **Cuidar e Proteger, prevenindo todas as formas de violência sobre a Criança**.





Mensagem da Direção

Caros Amigos,

Em 2026, o Instituto de Apoio à Criança reafirma o seu desígnio maior de zelar pela defesa e promoção dos Direitos da Criança e construir uma sociedade melhor. Damos continuidade ao caminho traçado no biénio 2025/2026, com o nosso foco inabalável: **“Cuidar e Proteger: Prevenção da Violência sobre a Criança”**.

Iremos investir, de forma robusta, no nosso Observatório da Violência sobre a Criança para que o conhecimento seja a nossa principal ferramenta de intervenção e no projeto nacional de Mediação Escolar. Convidamos todos – famílias, escolas, parceiros e a sociedade civil – a juntarem-se a este esforço coletivo. Prevenir a violência contra as crianças não é apenas proteger o presente, é investir no futuro e na sustentabilidade do nosso país. A criança é, e será sempre, a nossa prioridade.

A violência, em todas as suas formas – física, psicológica, negligência e abuso – é um flagelo que impede o **Desenvolvimento Integral** das nossas crianças. É por isso que o IAC adota e promove uma **Política de Tolerância Zero**.

Em 2026, o nosso trabalho será focado em **passar da sensibilização à ação efetiva** e na **intervenção precoce**. O objetivo não é apenas tratar as feridas, mas sim **impedir que elas surjam**, quebrando de vez o ciclo intergeracional de violência. Reforçaremos o apoio dos nossos serviços intervenientes, como a **Linha SOS Criança (116 111)**, garantindo que nenhuma criança ou jovem se sinta só ou sem voz.

A proteção das crianças é um imperativo ético que nos convoca a todos. Nenhuma instituição, por mais dedicada que seja, pode fazê-lo sozinha. O nosso plano estratégico é um **apelo à Aliança pela Prevenção**:

- **Às Famílias:** Que sejam o primeiro e mais seguro refúgio dos Direitos da Criança.
- **Às Escolas:** Que consolidem a **Educação para a Cidadania** e a **Cultura da Não Violência** como pilares do currículo.
- **Aos Parceiros Sociais e Poder Político:** Que garantam os recursos e a prioridade inegociável à infância na Agenda Nacional, combatendo também a **pobreza e exclusão social**, fatores que aumentam a vulnerabilidade.

O IAC é a voz das crianças em Portugal. Que em 2026 a nossa voz se una à de todos, construindo, lado a lado, um futuro onde os Direitos da Criança sejam uma realidade vivida e não apenas um ideal escrito.

Manuel Ataíde Coutinho
PRESIDENTE DA DIREÇÃO DO IAC

Sumário Executivo

O **Instituto de Apoio à Criança (IAC)**, fiel à sua missão de defesa e promoção dos Direitos da Criança, assume como linha orientadora do seu triénio estratégico (2025-2027) o lema **“Cuidar e proteger: Prevenção da Violência sobre as crianças”**.

A violência, nas suas expressões físicas, psicológicas, negligência ou abuso, constitui o mais severo atentado aos direitos fundamentais e ao desenvolvimento pleno da criança. É um problema complexo, que requer uma resposta **integrada, sistémica e de tolerância zero**.

No ano de 2026, a atuação do IAC será centrada no objetivo inegociável de **quebrar os ciclos de violência intergeracional** e construir um contexto social e familiar promotor do bem-estar.

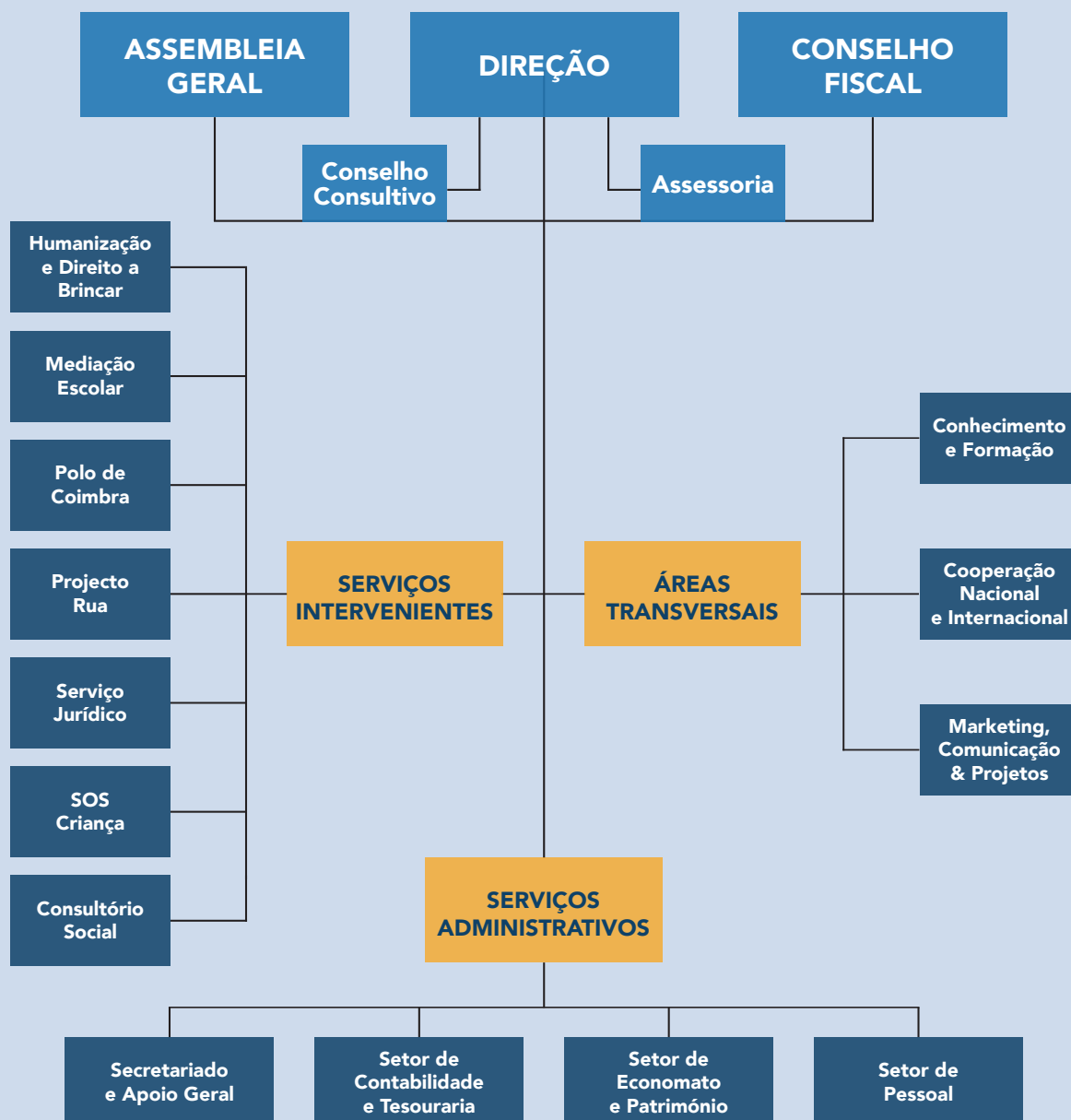
As nossas atividades centrar-se-ão em três pilares interdependentes de prevenção:

- 1. Reforço da Intervenção Familiar:** Promover programas de **capacitação parental** que fortaleçam a segurança emocional, a comunicação positiva e a construção de vínculos seguros, reconhecendo a família como o primeiro e mais importante agente de proteção.
- 2. Monitorização e Conhecimento:** Consolidar a criação do **Observatório da Violência sobre a Criança** – um instrumento essencial para a recolha, análise e disseminação de dados fidedignos. Este conhecimento guiará a intervenção com maior eficácia e permitirá um alerta social mais fundamentado sobre este flagelo.
- 3. Sensibilização e Advocacy:** Intensificar a **formação especializada** de profissionais e as **campanhas de sensibilização** que mobilizem a sociedade civil. É imperativo mudar mentalidades e comportamentos, exigindo o envolvimento ativo de escolas, serviços de saúde, forças de segurança e comunidade.

O Plano de Atividades de 2026 do IAC é um apelo à **corresponsabilidade** e um investimento inequívoco na **prevenção primária**. Só através desta ação concertada poderemos garantir a todas as crianças em Portugal o direito inalienável a uma infância segura, protegida e livre de violência.



Estrutura Organizacional



MISSÃO

O Instituto de Apoio à Criança pretende contribuir para o Desenvolvimento Integral da Criança na Defesa e Promoção dos seus Direitos.

VISÃO

O Instituto de Apoio à Criança visa que todas as Crianças tenham os seus Direitos garantidos.

VALORES

O Instituto de Apoio à Criança norteia a sua ação pela ética, transparência, competência, rigor, compromisso, confidencialidade e respeito pelos Direitos da Criança.

Áreas de Intervenção Estratégica

As intervenções setoriais do IAC serão desenvolvidas em articulação, garantindo que a **prevenção da violência e a promoção da Parentalidade Consciente** são eixos transversais em todas as áreas.

Saúde

- **Prevenção Primária:** Disponibilizar **apoio especializado e gratuito no âmbito da saúde mental** da criança e da família, visando mitigar o stress parental e os fatores de risco que potenciam a violência.
- **Direito e Acesso:** Contribuir para que os Direitos da Criança nos serviços de saúde sejam plenamente respeitados, assegurando o **acesso prioritário** a cuidados preventivos e de intervenção precoce.
- **Advocacy:** Contribuir para o cumprimento efetivo do Direito à Saúde, nomeadamente no acesso atempado aos serviços de saúde essenciais à **proteção e recuperação** da criança.

Educação

- **Cultura de Proteção:** Promover os Direitos da Criança em contexto escolar, capacitando a comunidade educativa para **identificar e intervir em sinais de violência ou negligência** e fomentando uma cultura de respeito e empatia.
- **Respostas Alternativas:** Implementar e desenvolver **respostas alternativas ao contexto escolar** para crianças e jovens em risco, garantindo um espaço seguro e de desenvolvimento quando o contexto regular falha na proteção.
- **Intervenção Comunitária:** Intervir em contexto comunitário e escolar para a **prevenção do abandono e do insucesso escolar** (fatores de vulnerabilidade), colaborando com a Escola para dar resposta às necessidades das crianças.

Social

- **Apoio Especializado:** Disponibilizar **apoio social especializado e gratuito** no âmbito da proteção das crianças, jovens e suas famílias, com especial foco na **capacitação parental** para a prevenção da violência.
- **Proximidade:** Intervir de forma **holística, próxima e sistemática** junto de crianças, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade e residentes em territórios de intervenção prioritária, atuando como um fator de **resiliência e proteção**.
- **Risco Extremo:** Intervir em contexto de rua junto de crianças e jovens em fuga ou em situação de risco extremo, assegurando a **primeira linha de proteção** e a articulação com as forças de segurança e serviços judiciais.

Justiça

- **Apoio Jurídico:** Disponibilizar **apoio jurídico especializado e gratuito** no âmbito do Direito da Criança e da família, essencial para a defesa dos seus direitos nos processos de proteção e promoção.
- **Capacitação:** Disponibilizar **informação especializada** em matéria de Direito da Criança e da família, capacitando famílias e técnicos para uma melhor compreensão dos mecanismos de proteção.
- **Colaboração na Proteção:** Colaborar ativamente nos **Acordos de Promoção e Proteção** e nas **Medidas Tutelares Educativas** (em meio natural de vida), assegurando que a voz e o superior interesse da criança são prioritários na decisão judicial.
- **Advocacy Judicial:** Contribuir ativamente para a criação de mecanismos que potenciem uma **justiça mais amiga da criança**, reduzindo a sua revitimização no sistema.

Eixos Estratégicos

Prevenção

Transformar a sociedade civil num agente ativo de proteção e prevenção, aumentando a consciencialização pública sobre os Direitos da Criança e os efeitos nefastos da violência. Através da sensibilização e da formação, este eixo visa melhorar a capacidade de deteção, sinalização e intervenção da comunidade, promovendo atitudes e modelos de Parentalidade Consciente como norma social.

Intervenção

Implementar, dinamizar e sustentar respostas sociais e especializadas que promovam e defendam ativamente os Direitos da Criança, prevenindo a violência e a negligência através do fortalecimento das famílias, da intervenção em contextos de alta vulnerabilidade e da garantia de apoio imediato e qualificado.

Participação

Garantir o direito fundamental à participação das crianças e jovens em todas as decisões e matérias que lhes dizem respeito, na perspetiva de “Dar Voz à Criança”. Este eixo visa capacitar as crianças e jovens como agentes de mudança e de proteção, assegurando que a sua perspetiva sobre a violência e as necessidades de proteção é integrada em todas as ações do IAC e da sociedade.

Conhecimento

Garantir que todas as ações e políticas do IAC, bem como as respostas sociais e públicas em Portugal, são fundamentadas em conhecimento validado, atualizado e fidedigno sobre a realidade dos Direitos da Criança, com especial enfoque na prevenção e análise da violência e dos fatores de risco. Este eixo inclui a realização de estudos, produção, gestão e difusão de conhecimento em matéria de Direitos da Criança e organização de eventos.

Cooperação

Assegurar a sustentabilidade financeira e operacional do IAC, através da gestão estratégica de recursos e parcerias, garantindo que o seu trabalho de prevenção da violência tem continuidade, qualidade e abrangência. Este eixo visa, ainda, dinamizar uma rede de proteção integrada e multissetorial para maximizar o impacto na defesa dos Direitos da Criança.

Ações a Desenvolver

PREVENÇÃO

- Capacitação
- Ações em contexto socioeducativo
- Rede Nacional de Mediação Escolar
- Campanhas de sensibilização
- Comunicação



INTERVENÇÃO

- Consultório Social
- Escola de Segunda Oportunidade
- Escola “Alfaiate”
- Linhas de Apoio à Criança
- Intervenção em contexto de vulnerabilidade social
- Apoio Jurídico
- Consultoria Técnica



PARTICIPAÇÃO

- Rede Juvenil Crescer Juntos
- Jovens Mediadores Comunitários
- Outras iniciativas de participação



CONHECIMENTO

- Estudos e Investigação
- Publicações
- Eventos



COOPERAÇÃO

- Rede Construir Juntos
- Parceiros
- Apoios e Donativos
- Projetos financiados

Prevenção

A prevenção pressupõe o envolvimento das **crianças, dos jovens, das famílias, dos profissionais e da sociedade civil.**

A intervenção do IAC integra ações diretas com crianças e jovens, fundamentais para promover o seu bem-estar e desenvolvimento, e ações de sensibilização dirigidas à sociedade civil.

Tem sido uma prioridade o investimento em programas e iniciativas de **prevenção que permitam identificar e mitigar fatores de risco, nomeadamente no que se refere à violência, ao abuso sexual e à vulnerabilidade social.**

A presença do IAC nos meios de comunicação e nas redes sociais constitui também uma forma de ampliar o alcance dos conteúdos relacionados com a infância e juventude, contribuindo para uma maior eficácia da intervenção preventiva.

Ações

- Capacitação
- Ações em contexto socioeducativo
- Rede Nacional de Mediação Escolar
- Campanhas de sensibilização
- Comunicação

● CAPACITAÇÃO

A **capacitação de profissionais e famílias** continua a ser um dos pilares fundamentais da prevenção.

Em 2026, pretendemos reforçar a oferta formativa nas áreas da **parentalidade consciente**, da **comunicação positiva** e da **mediação de conflitos**, de modo a promover competências que permitam **educar sem violência**.

Daremos continuidade às ações dirigidas a profissionais das áreas da infância e juventude: saúde, educação, justiça e social, e às formações internas destinadas às equipas do IAC, valorizando a atualização contínua e o trabalho em rede.

Prevemos igualmente o **alargamento das ações de formação para famílias**, com enfoque em **estratégias de disciplina positiva e em modelos de relação empática e colaborativa entre adultos e crianças**.

Prevê-se:

- Responder a solicitações para a realização de ações de formação para famílias e intervenores sociais, nas diversas áreas de intervenção do IAC;
- Responder a pedidos de colaboração de estudantes e profissionais que pretendam conhecer a intervenção do IAC;
- Orientar estágios curriculares e profissionais.

● AÇÕES EM CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO

A **escola e os espaços educativos** continuam a ser locais privilegiados para a **promoção dos Direitos da Criança** e para o **desenvolvimento de competências pessoais e sociais**.

Em 2026, o trabalho em contexto escolar será orientado para a **promoção da empatia, do respeito e da resolução não violenta de conflitos**, integrando a **parentalidade consciente** como parte da educação para a cidadania.

Serão desenvolvidas ações que incentivem a participação ativa das crianças e jovens na construção de ambientes seguros e cooperantes, com o envolvimento de professores, técnicos e famílias, de modo a fortalecer a relação escola-família-comunidade.

Prevê-se:

- Responder a solicitações para a realização de ações com crianças, quer em contexto escolar, quer noutros contextos socioeducativos;
- Dar continuidade a projetos de sensibilização em matéria dos Direitos da Criança, com este público específico.

● REDE NACIONAL DE MEDIAÇÃO ESCOLAR

Pretende implementar um projeto de mediação escolar a nível nacional, em parceria com os municípios, para atuar na **prevenção de conflitos**, na **promoção do bem-estar nas escolas** e no **fortalecimento das relações entre alunos, professores e famílias**.

A escola é um espaço central de formação e cidadania. Contudo, a crescente complexidade das relações humanas em contexto escolar requer novas **estratégias para lidar com conflitos e promover o bem-estar emocional**.

A **mediação escolar** surge como **ferramenta educativa e preventiva**, favorecendo a comunicação, o respeito e a empatia.

Pretende-se promover uma **cultura de paz e convivência positiva nas escolas portuguesas**, através da implementação de programas locais de mediação escolar.

Prevê-se:

- Criar núcleos locais de mediação em escolas de todo o país;
- Dinamizar a Rede de GAAP, através do seu acompanhamento, formação e supervisão, bem como da implementação de novos GAAP;
- Formar mediadores escolares (professores, técnicos municipais, alunos e pais);
- Sistematizar e divulgar boas práticas de mediação e convivência.



● CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO

As **campanhas de sensibilização** continuarão a ser uma das **principais ferramentas de prevenção e mudança social**.

Em 2026, daremos continuidade às iniciativas nacionais de combate à violência contra crianças, com especial destaque para a atualização da **campanha “Nem mais uma palmada”, agora centrada na parentalidade consciente e na promoção de alternativas educativas não violentas**.

Serão ainda desenvolvidas campanhas sobre temas como a **exposição das crianças à violência doméstica, o bullying e a importância da relação empática entre adultos e crianças**.

Prevê-se:

- Realizar campanhas de sensibilização periódicas, nomeadamente, sobre:
 - Dia Internacional do Brincar, 11 de junho;
 - Prevenção contra os maus-tratos;
 - Linha SOS Família-Adoção;
 - Nem mais uma palmada;
 - Plano Nacional “Todos Pintamos contra o Bullying”;
 - Crianças expostas à violência doméstica.



● COMUNICAÇÃO

A comunicação social e as redes digitais são fundamentais para **ampliar o alcance das mensagens e reforçar o posicionamento do IAC como referência nacional em matéria de infância, juventude e parentalidade positiva**.

Em 2026, o IAC continuará a dinamizar o **Podcast Artigo Terceiro (3.º)**, dedicado à reflexão sobre temas como educação, tecnologia, inclusão e transformação social. Este **espaço de diálogo** pretende sensibilizar a sociedade civil e reforçar a missão do IAC na difusão de conhecimento e **defesa do interesse superior da criança**.

Destaca-se também o arranque do **Canal de Comunicação Desperta**, um projeto inovador criado especificamente para crianças e jovens, com o objetivo de os envolver ativamente na promoção dos seus direitos e na partilha de conteúdos produzidos por e para jovens.

Prevê-se:

- Implementar uma estratégia integrada de comunicação, incluindo a dinamização das redes sociais, a relação com a comunicação social, a atualização do site institucional e a dinamização do Podcast Artigo terceiro (3.º);
- Lançar e operacionalizar o Canal Desperta, com plano editorial, identidade visual e produção regular de conteúdos digitais;
- Envolver crianças e jovens na criação de conteúdos, assegurando a sua participação ativa.



Intervenção

O IAC dinamiza programas e atividades com o objetivo de promover e defender os Direitos da Criança.

Procura **implementar respostas sociais em áreas não cobertas pelo Estado e reforçar ou complementar as respostas existentes em domínios prioritários**, intervindo junto de crianças, jovens e respetivas famílias.

O foco tem sido o trabalho de **intervenção direta nas comunidades mais vulneráveis**, através da criação de respostas sociais integradas que articulem as **diferentes áreas de intervenção, nomeadamente, saúde, educação, justiça e social**, garantindo um acompanhamento de proximidade, contínuo e multidisciplinar.

Ações

- Consultório Social
- Escola de Segunda Oportunidade
- Escola “Alfaiate”
- Linhas de Apoio à Criança
- Intervenção em contexto de vulnerabilidade social
- Apoio Jurídico
- Consultoria Técnica

● CONSULTÓRIO SOCIAL

O Consultório Social “Luz Verde à Criança” surge no âmbito do Projeto “Luz Verde à Criança”, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa e pretende constituir um recurso para o **atendimento psicológico, social e jurídico de situações diagnosticadas**, com especial incidência de crianças e jovens em situação de risco na cidade de Lisboa.

Para 2026 pretende-se reforçar esta resposta social, devido ao **aumento significativo das situações de grande vulnerabilidade psicossocial**, traduzindo-se num elevado número de sinalizações por parte de entidades parceiras na cidade de Lisboa.

Prevê-se:

- Assegurar o funcionamento do Consultório Social, através dos gabinetes psicológico, social e jurídico;
- Garantir e reforçar o atendimento psicológico a crianças e jovens;
- Assegurar o atendimento, encaminhamento e acompanhamento de todas as situações de crianças e jovens em risco psicossocial que são identificadas;
- Atender, encaminhar e acompanhar todas as situações sinalizadas e que impõem uma intervenção jurídica.



● ESCOLA DE SEGUNDA OPORTUNIDADE (E2O)

A E2O destina-se a jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos de idade, **com baixa escolaridade, em situação de elevado absentismo ou abandono escolar, que se encontram em situação de risco ou perigo**, para quem tenham sido esgotadas as respostas de educação e formação, e que tenham, a decorrer, medidas tutelares educativas em meio natural de vida ou medidas de promoção e proteção em seu nome.

Para 2026 pretende-se a continuidade desta resposta de recuperação socioeducativa em três territórios, nomeadamente Marvila, Santa Clara e Lumiar.

Prevê-se:

- Assegurar o funcionamento de quatro turmas E2O;
- Garantir o acompanhamento psicossocial dos jovens, através de um programa de treino de competências pessoais e sociais (Componente Pessoal);
- Garantir a certificação para 6.º e 9.º ano de escolaridade, em parceria com os agrupamento de escola de cada território (Componente Escolar);
- Promover experiências em contexto real de trabalho com vista à futura integração no mercado de trabalho (Componente de Natureza Profissional).

Projeto Financiado

Plano de Recuperação e Resiliência
Câmara Municipal de Lisboa

● ESCOLA “ALFAIATE” (EA)

O modelo da Escola Alfiate atua de forma direta e sistemática em escolas de 1.º ciclo colaborando na **construção de uma rede social educativa de suporte à comunidade escolar**. Segue uma **metodologia centrada no aluno**, envolvendo a família e a comunidade escolar, através de sessões individuais e apoio psicopedagógico dentro e fora da sala de aula. Promove sessões de competências pessoais e sociais, bem como de avaliação cognitiva, quando necessário.

Em 2026 pretende-se a continuidade desta resposta socioeducativa na perspetiva de uma futura replicação da metodologia noutros agrupamentos de escola e cidades do país.

Prevê-se:

- Assegurar a dinamização das atividades nas 5 escolas básicas do Agrupamento de Escolas D. Dinis;
- Garantir o acompanhamento individualizado de alunos sinalizados;
- Realizar sessões de sensibilização sistemáticas em contexto escolar;
- Colaborar nas atividades programadas nas escolas envolvidas;
- Assegurar o encaminhamento interno de casos para acompanhamento psicológico, social e jurídico sempre que necessário.

Projeto Financiado

Plano de Recuperação e Resiliência
Câmara Municipal de Lisboa



● LINHAS DE APOIO À CRIANÇA

As Linhas SOS Criança, SOS Criança Desaparecida e SOS Família-Adoção mantêm-se como respostas essenciais de escuta, apoio e orientação para crianças, jovens e famílias, assegurando confidencialidade, acompanhamento emocional e encaminhamento especializado.

Estas linhas representam um espaço privilegiado de contacto direto, promovendo a intervenção imediata em situações de risco e constituindo um recurso determinante na prevenção da violência, no apoio parental e na proteção da criança.


A Linha SOS Criança Desaparecida continuará a desempenhar um papel central na receção e no acompanhamento de situações de desaparecimento, fuga e exploração de crianças e jovens, em articulação direta com a equipa de fuga e com os órgãos de polícia criminal.

Prevê-se:


- Assegurar o atendimento e garantir o apoio à criança e ao jovem através das várias valências (linhas de apoio telefónico, chat, WhatsApp e e-mail);
- Assegurar a articulação com os serviços da comunidade em matéria de infância e juventude e respetivo encaminhamento das situações, nomeadamente acionar o Alerta Rapto/amber Alert;
- Assegurar a reavaliação dos processos encaminhados;
- Reforçar a divulgação da Linha SOS Família-Adoção como canal de apoio parental especializado;

LINHAS DE APOIO À CRIANÇA (Gratuitas, anónimas e confidenciais)

As linhas SOS Criança e Jovem e SOS Criança Desaparecida são números únicos europeus criados pela União Europeia no âmbito da estratégia europeia para os Direitos das Crianças. Em Portugal estes números são geridos pelo IAC por recomendação do Ministério da Administração Interna.

 **Linha SOS Criança e Jovem | 116 111** (dias úteis das 9h às 19h)
966 065 767 | 913 069 404 (WhatsApp)

 **Linha SOS Criança Desaparecida | 116 000** (24h/7)

 **Linha SOS Família-Adoção | 800 210 555**
(3.ª feira das 9h às 13h e 5.ª feira das 14h às 17h)
924 134 760 (WhatsApp)

● INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Comunidades vulneráveis

A intervenção na comunidade constitui um eixo fundamental da ação do IAC. A metodologia de proximidade utilizada diferencia o IAC na sua relação com as crianças, jovens e famílias. É um **acompanhamento direto e sistemático, através da dinamização de atividades socioeducativas em contexto comunitário.**

Prevê-se:

- Assegurar a dinamização de atividades no espaço “EducaCondado”, no Bairro do Condado (Lisboa) e o Centro de Atividades para a Infância e Juventude, na União das Freguesias de Coimbra;
- Assegurar o apoio psicossocial das crianças, jovens e famílias em situação de risco identificadas e sinalizadas;
- Garantir a articulação com os serviços da comunidade e a participação ativa em grupos comunitários e interinstitucionais;
- Realizar, de forma regular, sessões de sensibilização sobre Direitos da Criança, em contexto escolar;

- Realizar atividades socioeducativas (programa de treino de competências, apoio ao estudo, etc);
- Dinamizar serviços e ações inseridas no âmbito do Programa Proinfância, em Lisboa (rede de Marvila) e em Coimbra.

Crianças e Jovens em fuga

A intervenção em contexto de rua junto de crianças e jovens em fuga ou em situação de risco extremo, assegura a primeira linha de proteção. Esta resposta, através de giros diurnos e noturnos e com o apoio da Unidade Móvel Lúdico-Pedagógica, permite identificar rapidamente situações de perigo, prestar apoio psicossocial imediato e ativar, de forma célere, as entidades competentes.

Prevê-se:

- Realizar giros de diagnóstico e de denúncia (diurnos e noturnos) com recurso à Unidade Móvel Lúdico-Pedagógica, garantindo o acompanhamento direto e multidisciplinar de crianças e jovens em fuga ou desaparecidos;
- Assegurar o acolhimento de emergência resritro às situações decorrentes da intervenção direta das equipas.



● APOIO JURÍDICO

O Apoio Jurídico tem como objetivo prestar **esclarecimento e informação jurídica em matéria de Direitos da Criança** e encaminhar situações que necessitam de uma resposta a nível legal.

Prevê-se:

- Assegurar o atendimento jurídico de casos presenciais, por telefone, por escrito ou correio eletrónico;
- Orientar, encaminhar e acompanhar situações no âmbito da informação jurídica.

● CONSULTORIA TÉCNICA

A Consultoria Técnica apoia diferentes entidades (municípios, serviços de saúde, espaços lúdicos) a **implementar medidas de promoção dos Direitos da Criança**. Envolve as fases de diagnóstico, delineamento de planos de ação, intervenção e avaliação.

Segue uma metodologia de **envolvimento de todos os stakeholders**, nomeadamente crianças e jovens, com a realização de iniciativas de participação que permitem uma maior eficácia dos resultados.

Prevê-se:

- Dar resposta aos pedidos de consultoria técnica;
- Assegurar a execução de projetos de humanização de espaços de atendimento e estadia da criança;
- Apoiar tecnicamente os espaços lúdicos;
- Assegurar a implementação de programas solicitados por municípios;
- Dinamizar um grupo técnico de profissionais na área da saúde.



Participação

O Direito à Participação continua a ser um dos princípios estruturantes da ação do Instituto de Apoio à Criança.

Envolver as crianças e os jovens na reflexão, na decisão e na ação sobre os temas que lhes dizem respeito é essencial para o seu **desenvolvimento pessoal e social**, mas também para a construção de uma **sociedade mais democrática, inclusiva e consciente**.

Assumem particular destaque, neste eixo, a **Rede Juvenil Crescer Juntos, os Mediadores Comunitários e outras iniciativas** que promovem o **exercício de uma cidadania ativa, solidária e responsável**.

Em 2026, reforçaremos estas dinâmicas, estimulando o **diálogo entre gerações e incentivando os jovens a participar em projetos que valorizem a empatia, o respeito mútuo e a convivência pacífica**.

Ações

- Rede Juvenil Crescer Juntos
- Jovens Mediadores Comunitários
- Outras iniciativas de participação

● REDE JUVENIL CRESCER JUNTOS

A Rede Juvenil Crescer Juntos conta com a **participação de crianças e jovens provenientes de todo o país e que são acompanhados por entidades da Rede Construir Juntos**.

Tem como objetivo promover a **aquisição de competências pessoais e sociais em crianças e jovens**, potenciando o exercício de uma cidadania ativa.

A Rede desenvolve ações com vista à promoção do acesso à informação, à liberdade de expressão e opinião, envolvendo as crianças e jovens em atividades lúdicas, de lazer, desportivas e culturais.

Em 2026, vamos dar continuidade a esta iniciativa com foco na temática “Os jovens no mundo atual – Eu e o Outro”.

Prevê-se:

- Realizar intercâmbios regionais para debate de ideias, dinamização de atividades lúdico-pedagógicas e promoção da participação juvenil;
- Realizar um intercâmbio nacional que promova o encontro e a partilha entre jovens de várias zonas do país;
- Promover a participação dos jovens em iniciativas propostas pela União Europeia.

● JOVENS MEDIADORES COMUNITÁRIOS

Os Mediadores Comunitários são jovens acompanhados pelo IAC que, simultaneamente, colaboram com as equipas em **várias iniciativas e tarefas, algumas dirigidas aos pares, outras relacionadas com a comunidade e a sociedade em geral.**

Prevê-se:

- Envolver os jovens mediadores comunitários em iniciativas e ações de participação;
- Envolver os jovens mediadores comunitários em ações desenvolvidas pelas equipas IAC em contexto comunitário e escolar.



● OUTRAS INICIATIVAS DE PARTICIPAÇÃO

A participação das crianças e jovens é também promovida através da **colaboração com diversas entidades e programas que valorizam a escuta ativa e a cidadania.**

Em 2026, daremos continuidade ao envolvimento em iniciativas nacionais e internacionais, **garantindo que as vozes das crianças e dos jovens sejam consideradas nos processos de decisão.**

Prevê-se:

- Reforçar a colaboração com o Grupo Consultivo da UNICEF, a Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) e o programa Cidades Amigas da Criança;
- Promover a participação de jovens em assembleias locais, fóruns e ações de consulta pública;
- Envolver crianças e jovens em projetos de comunicação do IAC, nomeadamente no Canal Desperta, como criadores e divulgadores de conteúdos positivos.



Conhecimento

O IAC privilegia, desde a sua formação, **a reflexão e a produção de conhecimento sobre a infância, a família e os Direitos da Criança**, como forma de apoiar a intervenção, promover a inovação e contribuir para políticas públicas mais eficazes.

Em 2026, o foco será colocado na **parentalidade consciente como pilar essencial da prevenção da violência e da promoção de ambientes familiares saudáveis**.

A investigação, a produção de materiais informativos e os eventos de partilha de boas práticas serão orientados para a compreensão das dinâmicas familiares e educativas, e para a valorização de uma parentalidade consciente, sensível e positiva.

Ações

- Estudos e Investigação
- Publicações
- Eventos

● ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO

A **investigação é uma das áreas estruturantes da intervenção do IAC**, permitindo conhecer com rigor as realidades que afetam a infância e orientar estratégias de prevenção e proteção mais eficazes.

Em 2026, será desenvolvido o **estudo “O inimaginável na família: Casos de filicídio em Portugal”**, no qual serão analisados dados quantitativos e qualitativos de casos registados em Portugal, com o objetivo de **identificar fatores de risco, padrões de violência e fragilidades nas respostas de proteção**.

Prevê-se:

- Produzir e divulgar o conhecimento científico através de relatórios de investigação e de artigos científicos;
- Desenvolver e concluir o Estudo “O inimaginável na família: Casos de filicídio em Portugal”;
- Desenvolver e concluir o estudo “Impacto da E2O no desenvolvimento socioemocional dos jovens: Um estudo multidimensional”.



● PUBLICAÇÕES

O IAC valoriza a produção de **materiais que auxiliem os profissionais no seu trabalho diário** e que facilitem a **compreensão de determinados temas por parte das crianças e das suas famílias**.

Algumas das publicações do IAC são periódicas, destacando-se neste âmbito a **Revista “A Criança e os seus Direitos”** e o **“InfoCriança”**.

Contudo, uma parte das publicações desenvolvidas ao longo do ano surgem de acordo com as **necessidades com que nos vamos deparando, implicando um trabalho de reflexão e de pesquisa**.

Prevê-se:

- Publicar o relatório do estudo “O inimaginável na família: Casos de filicídio em Portugal”;
- Publicar o relatório do estudo “Impacto da E2O no desenvolvimento socioemocional dos jovens: Um estudo multidimensional”;
- Produzir brochuras e guias de sensibilização sobre violência familiar e deteção de risco;
- Dar continuidade às publicações periódicas “A Criança e os seus Direitos” e “InfoCriança”;
- Desenvolver recursos digitais e multimédia acessíveis no site e no Canal Desperta.

● EVENTOS

A organização de Conferências, Encontros Temáticos e outros eventos tem por objetivo a **partilha de conhecimentos e a promoção de Direitos da Criança**.

Na prossecução deste objetivo, os profissionais do IAC são frequentemente convidados a participar em eventos organizados por outras entidades na divulgação do conhecimento e trabalho desenvolvido no IAC.

Em 2026, pretende-se dar continuidade à organização de eventos que já fazem parte da agenda anual do IAC, assim como dar resposta aos convites que nos são dirigidos por parte de outras entidades.

Prevê-se:

- Organizar o Encontro Nacional da Mediação Escolar;
- Organizar as comemorações do Dia Mundial do Brincar;
- Organizar as comemorações do Dia Internacional do Brincar
- Organizar o Festival dos Jogos de Tabuleiros;
- Organizar a Ação de Formação para Animadores;
- Organizar Encontro Anual IAC;
- Organizar o Intercâmbio Nacional de Crianças e Jovens;
- Organizar o Encontro Anual da Rede Construir Juntos;
- Dar resposta aos pedidos de participação em encontros de outras entidades.

Cooperação

Desde a sua fundação, o Instituto de Apoio à Criança tem privilegiado o **trabalho em parceria e em rede**, potenciando uma intervenção mais eficaz e sustentável.

Em 2026, a cooperação continuará a centrar-se no reforço da articulação entre entidades públicas e privadas na prevenção da violência.

A consolidação de redes de trabalho com autarquias, universidades, instituições de ensino superior e fundações será determinante para a produção e disseminação de conhecimento, bem como para o desenvolvimento de projetos-piloto inovadores de apoio às famílias e comunidades.

Este eixo incorpora ainda as ações relacionadas com a sustentabilidade financeira e institucional, designadamente o relacionamento com doadores individuais e empresas e a gestão de projetos financiados.

Ações

- Rede Construir Juntos
- Parcerias nacionais e internacionais
- Apoios e Donativos
- Projetos financiados

● REDE CONSTRUIR JUNTOS

A Rede Construir Juntos congrega várias instituições a nível nacional, com responsabilidade na área da Infância e da Juventude, e que têm em comum o desenvolvimento de ações que visam **melhorar a coordenação de esforços no combate à exclusão social de crianças e jovens em situação de risco e de perigo** e das respetivas famílias.

Para 2026 pretende-se continuar a promover ações, com vista ao envolvimento de todas as instituições parceiras da Rede.

Prevê-se:

- Alargar a rede de parceiros, através do estabelecimento de novas parcerias;
- Realizar encontros temáticos;
- Desenvolver projetos de parceria;
- Envolver as instituições parceiras em ações de *advocacy* para adequação de políticas públicas em matéria de infância e juventude;
- Organizar a Reunião Anual das instituições parceiras da rede.



● PARCEIROS

O estabelecimento de parcerias é fundamental para o trabalho desenvolvido pelo IAC, sendo as áreas com maior destaque **a saúde, o social, a justiça e a educação**.

Ao longo dos anos, o IAC tem vindo a participar em várias **redes nacionais e internacionais**.

Prevê-se:

- Colaborar ativamente com os parceiros envolvidos na ação do IAC;
- Representar o IAC em redes e outras entidades nacionais, europeias e internacionais;
- Contribuir para a implementação e acompanhamento de projetos junto de entidades nos PALOP;
- Dar continuidade aos projetos interinstitucionais em curso;
- Estabelecer novas parcerias em função das necessidades e de projetos que surjam no âmbito da intervenção do IAC.

● APOIOS E DONATIVOS

A obtenção de **apoios e de donativos de particulares e de empresas** que se identificam com e valorizam o trabalho do IAC é uma das formas de garantir que continuamos a fazer o que melhor sabemos.

Prevê-se:

- Dar continuidade a campanhas de recolha de donativos regulares, nomeadamente,
 - Campanha de Consignação do IRS;
 - Campanha de Natal 2026;
 - Campanha de conversão de doadores pontuais em doadores regulares.
- Desenvolver ações com organizações e empresas-chave para obtenção de patrocínios e apoios.



Projetos Financiados

● CRESCER JUNTOS EM COIMBRA: INCLUSÃO, EDUCAÇÃO E FAMÍLIA

Breve descrição

Através de uma abordagem integrada que articula educação, apoio psicossocial, envolvimento parental e desenvolvimento de competências socioemocionais, o projeto providencia apoio escolar personalizado, workshops de cidadania e literacia emocional, acompanhamento psicossocial e ações de educação parental. Pretende-se, assim, combater as consequências imediatas da exclusão e promover oportunidades reais de inclusão social, educativa e comunitária.

Público-Alvo

Crianças e jovens entre os 6 e os 16 anos em risco de exclusão social; famílias.

Fontes de financiamento

Prémios Caixa Social

Grau de participação do IAC

Promotor

Período de Execução

12 meses (janeiro - dezembro 2026)

Mais informações [aqui](#)



● LUZ VERDE À CRIANÇA

Breve descrição

O Projeto Luz Verde à Criança surge da necessidade de uma intervenção concertada ao nível do município de Lisboa que cumprisse com o preconizado na Convenção sobre os Direitos da Criança.

O Instituto de Apoio à Criança propôs-se cumprir um conjunto de ações que colmatam algumas lacunas identificadas em domínios como a educação, a saúde, a justiça, os serviços sociais e os espaços públicos.

Público-Alvo

Crianças e famílias residentes na cidade de Lisboa; profissionais de educação e de saúde de instituições do Município.

Fontes de financiamento

Câmara Municipal de Lisboa

Grau de participação do IAC

Promotor

Período de Execução

De julho de 2024 a junho de 2025

Mais informações [aqui](#)



● NEM MAIS UMA PALMADA

Breve descrição

Com este projeto pretende-se capacitar os jovens do Polo de Lisboa da Rede Juvenil Crescer Juntos para o exercício da sua cidadania, incentivando-os a tomar consciência da importância do seu papel enquanto “educadores de pares” na diminuição da violência. Por outro lado, pretende-se sensibilizar famílias e profissionais para as consequências negativas dos castigos corporais.

Público-Alvo

Crianças e jovens, famílias e profissionais.

Fontes de financiamento

União Europeia - Programa Daphne-CHILD, via Eurochild (Gestor do Programa)

Grau de participação do IAC

Promotor

Período de Execução

12 meses (setembro 2025 - setembro 2026)

Mais informações [aqui](#)



● PEARL - PROMOTING ELDERLY INCLUSION THROUGH AN INTERGENERATIONAL PLAY FRAMEWORK

Breve descrição

Desenvolver um *play framework* eficiente para promover a intergeracionalidade e apoiar as habilidades cognitivas e motoras de idosos. Utilizar as experiências dos parceiros para implementar e avaliar os resultados de um programa piloto de 9 meses sobre brincar intergeracional. Delinear um pacote de recursos para profissionais que trabalhem em brincar intergeracional e envelhecimento ativo.

Público-Alvo

Profissionais, crianças, jovens e idosos.

Fontes de financiamento

União Europeia - Erasmus+

Grau de participação do IAC

Parceiro

Período de Execução

24 meses (setembro 2025-maio 2027)

Mais informações [aqui](#)



● PROGRAMA PROINFÂNCIA DA FUNDAÇÃO “LA CAIXA” MARVILA – LISBOA

Breve descrição

O Programa Proinfância é uma iniciativa da Fundação “la Caixa” dirigida a crianças e jovens em situação de pobreza económica e vulnerabilidade social, com a finalidade de promover e apoiar o seu desenvolvimento integral, favorecendo e apoiando políticas de melhoria da equidade, da coesão social e da igualdade de oportunidades para as crianças e jovens e para as suas famílias.

Público-Alvo

Crianças e jovens entre os 0 e os 18 anos cujas famílias, em situação de pobreza económica relativa ou extrema, estejam ou sejam suscetíveis de estar a receber apoio ou acompanhamento social, e apresentem carências nas suas necessidades sociais na freguesia de Marvila.

Fontes de financiamento

BPI - Fundação “la Caixa”

Grau de participação do IAC

Parceiro

Período de Execução

Início em janeiro de 2021 (de continuidade)

Mais informações [aqui](#)



● PROGRAMA PROINFÂNCIA DA FUNDAÇÃO “LA CAIXA” – COIMBRA

Breve descrição

Com foco na promoção educativa, apoio social e atividades de lazer, o programa tem potencial para eliminar lacunas fundamentais. A abordagem integrada, aliada ao apoio de entidades parceiras especializadas, possibilitam uma resposta abrangente às necessidades identificadas.

Assim, ao proporcionar um ambiente educativo reforçado, acesso a cuidados de saúde e atividades de lazer estruturadas, visa não apenas apoiar as crianças e jovens, mas também fortalecer as famílias e a comunidade em geral.

Público-Alvo

Crianças e jovens entre os 0 e os 18 anos e respetivas famílias, em situação de pobreza e exclusão social em Coimbra.

Fontes de financiamento

BPI - Fundação “la Caixa”

Grau de participação do IAC

Promotor

Período de Execução

Início em dezembro de 2024 (de continuidade).

Mais informações [aqui](#)



● PROJET_ESF+EUMOVE APPLICATION

Breve descrição

O projeto prevê a realização de experiências profissionais num país da Europa, com vista à melhoria das suas competências profissionais e sociais que facilite a sua integração no mercado de trabalho. Pretende transferir para os parceiros algumas ferramentas e metodologias inovadoras que foram bem-sucedidas noutros contextos, através de mobilidades entre os países parceiros.

Público-Alvo

Jovens com Necessidades Educativas Especiais que não estudam (abandono escolar ou que tenham terminado o ensino obrigatório, não tendo perspectivas de emprego) e que não trabalham.

Fontes de financiamento

European Social Fund+ (ESF) Social Pre-rogatives and Specific Competencies Lines (SocPL)

Grau de participação do IAC

Parceiro

Período de Execução

De dezembro de 2024 a dezembro de 2026

Mais informações [aqui](#)



● RE:create:Int

Breve descrição

Partilhar práticas entre profissionais sobre a criação e a facilitação de grupos intergeracionais. Criar grupos e dinâmicas de brincar de forma a promover os laços intergeracionais. Fomentar o envolvimento e a formação dos seniores nas iniciativas dos parceiros do projeto.

Público-Alvo

Profissionais, crianças, jovens e idosos.

Fontes de financiamento

União Europeia - Erasmus+

Grau de participação do IAC

Parceiro

Período de Execução

24 meses (janeiro 2025-dezembro2026)

Mais informações [aqui](#)



● **SAFE ON-LIFE** **- EMPOWERING CARERS OF** **CHILDREN TO PROMOTE** **DIGITAL WELLBEING AND** **SAFEGUARD CHILDREN'S** **RIGHTS ONLINE**

Breve descrição

Este projeto visa capacitar adultos cuidadores de crianças (pais, educadores, assistentes sociais e profissionais de centros de acolhimento) para que estes promovam a segurança digital, bem-estar e resiliência de crianças na Grécia, Chipre, Portugal e Albânia. De modo a dar resposta à crescente complexidade do ambiente digital e à necessidade urgente de orientação por parte dos adultos, o projeto vai empoderar estes cuidadores com as competências essenciais de literacia digital, através de abordagens participativas e intersectoriais.

Público-Alvo

crianças dos 11 aos 17 anos; cuidadores (pais, educadores, assistentes sociais e profissionais de centros de acolhimento); sociedade civil e decisores políticos.

Fontes de financiamento

União Europeia - Programa CERV CHILD 2025

Grau de participação do IAC

Parceiro

Período de Execução

24 meses (início previsto em janeiro de 2026)

Mais informações [aqui](#)



ORÇAMENTO 2026

PREÂMBULO

Nos termos consignados nos Estatutos do Instituto de Apoio à Criança, com o número de pessoa coletiva 501 377 662 e sede social na Av. da República, n.º 21, Lisboa, vem a Direção do Instituto de Apoio à Criança apresentar para aprovação o Orçamento para o exercício de 2026.

1. Enquadramento Orçamento 2026

O Instituto de Apoio à Criança tem como missão contribuir para o desenvolvimento integral da criança, promovendo e defendendo os seus direitos. Ao longo das décadas, a instituição adaptou a sua intervenção às necessidades da infância em Portugal, criando diversas respostas sociais.

Em 2026, a prioridade continua a ser a intervenção direta com o grupo-alvo, o desenvolvimento de metodologias inovadoras e o fortalecimento de parcerias e redes, consolidando o IAC como uma referência nacional e internacional na área dos Direitos da Criança. O IAC tem priorizado a capacitação da organização, o desenvolvimento de novos projetos e a melhoria da sua sustentabilidade financeira, identificando estratégias para assegurar o equilíbrio orçamental e garantir a continuidade dos serviços que presta.

O IAC prevê implementar uma série de medidas para garantir a estabilidade financeira, incluindo a renegociação de protocolos com o Estado, a captação de novos projetos e a contenção de custos, o que permitirá à instituição cumprir as suas metas e continuar o seu trabalho na defesa dos Direitos das crianças e dos jovens.

2. Investimentos a realizar em 2026

Para que as atividades em 2026 decorram na sua plenitude e sejam assegurados os objetivos propostos, foi identificado um conjunto de investimentos necessários, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Investimentos a realizar	Setor	Valor de aquisição	Vida útil (em anos)	Depreciação anual
Conservação e reparação de edifícios	Serviços Gerais	25 000	*	

De referir que o valor previsto para os investimentos diz respeito, essencialmente, a gastos com a conservação e reparação dos edifícios onde a Entidade desenvolve as suas atividades.

3. Proveitos

Para o exercício de 2026, o IAC prevê obter receitas no valor total de 2.396.070€, conforme se detalha de seguida:

3.1. Receitas operacionais

As principais e mais significativas fontes de receita da Entidade manter-se-ão idênticas às obtidas nos exercícios anteriores, sendo os Acordos Atípicos, os Protocolos com Ministérios específicos e o Protocolo Interministerial, celebrados com o IAC, os mais relevantes.

De forma complementar, este ano temos, ainda, como fonte de receita, o protocolo celebrado com a CML- Projeto Luz Verde à Criança.

De seguida, apresentam-se os valores das receitas previstas para o exercício de 2026 por diferentes tipos de financiamento:

Rubricas	2025	Inflação 2026	Valor Previsto 2026
Protocolos e Acordos			
Acordo Atípico Segurança Social	921 759	2,2%	942 038
Protocolo			
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	166 000		166 000
Ministério da Justiça	115 307		117 844
Ministério da Saúde	174 632		178 474
Ministério da Educação	93 800		95 864
Ministério da Administração Interna	112 500		112 500
Instituto Português da Juventude	40 000		40 000
Projetos em Continuidade			
Luz Verde (Protocolo CM Lisboa)	344 018		344 018
Porinfância BPI La Caixa Lisboa	24 741		38 093
Project ESF* EuMove Application (Coimbra)	43 001		38 322
Coordenação do Projeto ProInfância (Coimbra)	39 400		38 104
Protocola Câmara Municipal de Viseu	2 980		3 510
Prémio Caixa Social Coimbra (Nov25 a Out26)	4 158		20 792
Festival Jogos de Tabuleiro	3 000		4 000
Erasmus + Ludoland	24 000		36 000
Erasmus + Terre Ludique	26 150		33 850
Donativos			
Donativos e heranças	250 000		100 000
Outros Proveitos			
Rendas Recebidas - Versailles	85 247		86 661
Total	2 470 694		2 396 070

Conforme referido no quadro anterior, as receitas a obter no exercício de 2026, provenientes de acordos e protocolos, foram calculados tendo por base o valor auferido no exercício de 2025, acrescido de uma taxa de inflação de 2,2% (taxa idêntica a de 2025 conforme previsão do Banco de Portugal).

As restantes receitas são as que resultam dos valores previstos nos projetos indicados.

Apresenta-se de seguida a repartição dos proveitos por setor:

Rubricas	Valor 2025	Inflação 2026	Valor Previsto 2026	Serviços Gerais	Actividade Lúdica / Humanização	Projecto Rua "Em Família para Crescer"	SOS Criança	Serviço Jurídico	Total
Protocolos e Acordos									
Acordo Atípico Segurança Social	921 759	2,2%	942 038	-	-	658 803	283 235	-	942 038
Protocolo									
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	166 000		166 000	30 000	-	103 000	23 000	10 000	166 000
Ministério da Justiça	115 307		117 844	-	-	53 379	40 465	24 000	117 844
Ministério da Saúde	174 632		178 474	34 013	37 193	82 691	24 578	-	178 474
Ministério da Educação	93 800		95 864	-	10 134	47 645	38 084	-	95 864
Ministério da Administração Interna	112 500		112 500	20 000	2 952	45 452	27 532	16 564	112 500
Instituto Português da Juventude	40 000		40 000	-	-	20 000	20 000	-	40 000
Projetos em Continuidade									
Luz Verde (Protocolo CM Lisboa)	344 018		344 018	-	-	344 018	-	-	344 018
PorInfância BPI La Caixa Lisboa	24 741		38 093	-	-	38 093	-	-	38 093
Project ESF* EuMove Application (Coimbra)	43 001		38 322	-	-	38 322	-	-	38 322
Coordenação do Projeto ProInfância (Coimbra)	39 400		38 104	-	-	38 104	-	-	38 104
Protocola Câmara Municipal de Viseu	2 980		3 510	-	3 510	-	-	-	3 510
Prémio Caixa Social Coimbra (Nov25 a Out26)	4 158		20 792	-	-	20 792	-	-	20 792
Festival Jogos de Tabuleiro	3 000		4 000	-	4 000	-	-	-	4 000
Erasmus + Ludoland	24 000		36 000	-	36 000	-	-	-	36 000
Erasmus + Terre Ludique	26 150		33 850	-	33 850	-	-	-	33 850
Donativos									
Donativos e heranças	250 000		100 000	10 000	5 000	55 000	25 000	5 000	100 000
Outros Proveitos									
Rendas Recebidas - Versailles	85 247		86 661	8 666	8 666	60 663	-	8 666	86 661
Total	2 470 694		2 396 070	102 679	141 305	1 605 961	481 895	64 230	2 396 070

3.2. Receitas não operacionais

Na tabela seguinte apresentam-se as restantes fontes de proveitos previstas para o ano 2026 em análise, as quais não têm por base acordo, protocolos ou candidaturas a apoios:

Rubricas	Valor 2025	Valor estimado para 2026
Donativos	202 434	10 998
Consignação de IRS	39 501	79 002
Formação	5 000	5 000
Quotas	3 000	3 000
Outros	2 900	2 000
Total	252 835	100 000

O valor desta rubrica afigura-se de estimativa incerta pelo facto dos donativos (em numerário ou sob a forma de consignação de IRS) não serem um valor controlado pelo IAC. Os valores estimados tiveram por base o histórico de anos anteriores e as expectativas para o exercício de 2026.

4. Pessoal

No quadro seguinte segue o detalhe dos gastos com o pessoal por cada área a suportar no exercício de 2026.

Rubricas	Total em €	Serviços Gerais	Actividade Lúdica / Humanização	Polo de Coimbra	CML	Projecto Rua	SOS Criança	Serviço Jurídico
Remunerações	1 553 244	52 137	64 963	81 517	202 172	783 966	333 653	34 836
Subsídios de refeição	163 135	6 429	6 951	7 106	27 580	76 212	35 891	2 966
Segurança social	343 847	11 593	14 487	18 178	45 382	174 673	71 766	7 768
Seguros	11 475	344	443	522	1 362	5 909	2 674	222
Outros gastos com pessoal	18 244	1 943	548	0	654	11 594	3 465	39
Total	2 089 945	72 446	87 392	107 323	277 150	1 052 354	447 449	45 831

A rubrica “Outros gastos com pessoal” compreende uma estimativa dos custos com seguros para atividades realizadas, complementos de doença, e outros encargos.

5. Custos de Funcionamento

Os custos de funcionamento da instituição previstos para 2026 seguem a tendência dos últimos anos, os quais foram estimados na ótica da centralização de alguns dos serviços.

Destacam-se essencialmente a rubrica “Rendas e alugueres” à qual está associado o renting relativo à aquisição dos equipamentos informáticos e a rubrica “Comunicação”.

Na tabela seguinte encontram-se os custos de funcionamento expectáveis:

Rubricas	Total em €	Serviços Gerais	Actividade Lúdica / Humanização	Polo de Coimbra	Projecto Rua	SOS Criança	Serviço Jurídico
Serviços especializados							
Trabalhos Especializados	93 585	2 151	5 681	1 932	73 033	9 477	1 310
Publicidade e propaganda	6 383	-	-	-	6 383	-	-
Vigilância e segurança	872	317	-	-	555	-	-
Honorários	20 810	7 791	-	1 567	10 477	974	-
Comissões	300	300	-	-	-	-	-
Conservação e Reparação	34 284	11 032	18	93	17 426	5 705	9
Despesas Bancárias	1 970	120	41	44	1 366	385	14
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Materiais							
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	203	6	-	-	177	19	-
Material de escritório	21 916	3 141	2 522	576	11 878	3 542	257
Artigos para oferta	810	497	-	-	313	-	-
Material Didático - Utentes	14 212	28	222	-	13 963	-	-
Outros	11 500	1 718	2 722	-	7 060	-	-
Energia e fluidos							
Electricidade	6 623	161	-	1 073	3 897	1 492	-
Combustíveis	2 507	1 137	-	-	1 147	223	-
Água	2 538	271	-	311	1 529	427	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Deslocações, estadas e transportes							
Deslocações e estadas	40 181	1 076	2 075	4 028	32 159	582	261
Transportes de mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	797	540	107	12	139	-	-
Serviços diversos							
Rendas e Alugueres	46 743	856	8 061	3 012	27 488	6 396	930
Comunicação	29 462	2 962	850	1 335	17 336	6 663	316
Seguros	13 470	497	1 054	136	8 779	2 661	342
Contencioso e Notariado	674	55	603	16	-	-	-
Limpeza, higiene e conforto	5 791	60	229	1 482	3 462	538	20
Outros serviços	3 667	1 297	-	11	1 212	1 147	-
Impostos							
Impostos indiretos	467	312	-	-	155	-	-
Outros							
Correcções relativas a períodos anteriores	4 969	213	83	177	4 305	170	21
Outros	6 853	-	-	-	5 899	954	-
Total	371 585	36 537	24 267	15 807	250 137	41 356	3 481

6. Orçamento Resumo

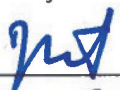

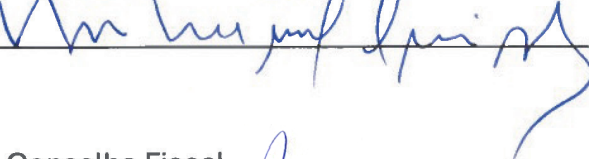
Com base nos proveitos e custos apresentados nos capítulos anteriores, segue a síntese do mapa de orçamento para o ano de 2026 para cada uma das áreas relevantes:

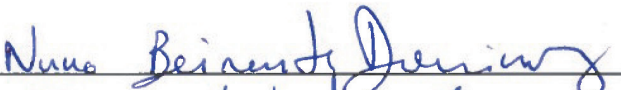
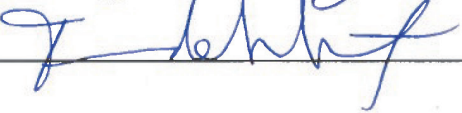
Rubricas	Serviços Gerais	Actividade Lúdica / Humanização	Polo de Coimbra	CML	Projecto Rua	SOS Criança	Serviço Jurídico	Total em €
Proveitos Operacionais								
Acordos	-	-	-	-	658 803	283 235	-	942 038
Protocolos	84 013	50 279	-	-	352 167	173 660	50 564	710 682
Projetos em continuidade	-	77 360	97 218	344 018	38 093	-	-	556 689
Proveitos não operacionais								
Donativos e heranças	10 000	5 000	-	-	55 000	25 000	5 000	100 000
Outros Proveitos	8 666	8 666	-	-	60 663	-	8 666	86 661
Sub-total	102 679	141 305	97 218	344 018	1 164 725	481 895	64 230	2 396 070
Custos de funcionamento	36 537	24 267	15 807	66 867	183 270	41 356	3 481	371 585
Custos com pessoal	72 446	87 392	107 323	277 150	1 052 354	447 449	45 831	2 089 945
Depreciações	11 842	-	-	-	-	-	-	11 842
Sub-total	120 825	111 659	123 129	344 018	1 235 624	488 804	49 312	2 473 371
Resultado -	18 146	29 646	- 25 912	- -	70 898	- 6 910	14 918	- 77 301

Conclui-se que, para o exercício de 2026, o IAC poderá apresentar um resultado negativo de 77 301€, devido, em grande parte, ao fim do financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência, em 31 de dezembro de 2025, e à falta de celebração de um acordo escrito com a Câmara Municipal de Lisboa relativo ao financiamento dos projetos Escola de Segunda Oportunidade e Escola Alfaiate.


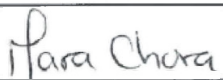
Lisboa, 27 de novembro de 2025

A Direção

O Conselho Fiscal

A Contabilidade



ATAS

Ata do Conselho Fiscal

Ata nº 68

Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, pelas doze horas e trinta minutos, na sede do Instituto de Apoio à Criança (IAC), na Avenida da República número vinte e um, em Lisboa, reuniu-se o Conselho Fiscal constituído pela Dra. Paula Cristina Correia Duarte e pela Dra. Mara Lisa Marques Chora, tendo como ponto único da Ordem de Trabalhos analisar e dar parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de dois mil e vinte seis.

No início da presente reunião, e como ponto antes da Ordem de Trabalhos, esteve presente o membro da Direção Dr. Nuno Beirante Domingues, na qualidade de Tesoureiro, que informou que a Direção do IAC recebeu, através do seu Presidente, a renúncia do cargo de Presidente do Conselho Fiscal do IAC pela Dra. Maria Luísa de Aguiar Aldim, em virtude da sua eleição para a Câmara Municipal de Lisboa, na sequência do ato eleitoral do passado dia 12 de outubro de 2025 para os órgãos do município de Lisboa.

Mais informou que a Direção do IAC já tinha convocado para o próximo dia 27 de novembro de 2025 a reunião conjunta dos três órgãos do IAC para a eleição do novo Presidente do Conselho Fiscal, como previsto nos Estatutos do IAC.

Neste sentido, esta reunião foi presidida pela Dra. Paula Cristina Correia Duarte.

De seguida, e de acordo com o ponto único da Ordem de Trabalhos, o exercício foi apresentado pela Dra. Nelma Sofia Castro Alves, contabilista certificada do IAC, que esclareceu a situação financeira do Instituto.

Foi referido que a maioria dos projetos a decorrer são de continuidade, pelo que o seu financiamento se encontra assegurado.

De relevar que o financiamento proveniente do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) findará a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelo que os encargos financeiros dos projetos Escola Alfaiate e Escola de Segunda Oportunidade, no primeiro semestre de dois mil e vinte e seis, serão suportados pelo Instituto, caso não seja celebrado acordo escrito com a Câmara Municipal de Lisboa (CML).

No presente exercício não foram incluídos os valores associados a projetos que se encontram, ainda, em fase de candidatura, uma vez que não está garantida a sua implementação e execução no próximo ano.

Os encargos com o funcionamento são os indispensáveis, como é norma do Instituto.

Conclui-se que para o exercício de dois mil e vinte seis, o IAC poderá apresentar um resultado negativo de setenta e sete mil e trezentos e um euros, devido, em grande parte, ao fim do financiamento do PRR e à falta de celebração de acordo escrito com a CML referente aos projetos Escola Alfaiate e Escola de Segunda Oportunidade, previstos continuarem durante o primeiro semestre de 2026.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que seja aprovado o Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de dois mil e vinte seis.

Não havendo outros assuntos a tratar foi a sessão encerrada pelas catorze horas, de que foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelos membros do Conselho Fiscal presentes.

A Secretária e Presidente em exercício.
Associada n.º589



Assinado por: Paula Cristina
Correia Duarte
Identificação: B106883367
Data: 2025-11-27 às 12:14:41

A Relatora
Associada n.º778



Assinado por: Mara Lisa
Marques Chora
Identificação: B114422191
Data: 2025-11-27 às 12:58:42

Ata da Assembleia Geral

Ata N.º 99

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, na sede do Instituto de Apoio à Criança (IAC), na Avenida da República, número vinte e um, em Lisboa, a Assembleia Geral do Instituto de Apoio à Criança, a qual foi devidamente convocada pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral, através da circular número dezoito, de onze de outubro de dois mil e vinte e cinco, enviada a todos os associados por via postal, nos termos do disposto no artigo cento e setenta e quatro número um do Código Civil.

Não tendo havido quórum à hora marcada, dezasseis horas e trinta minutos, a Assembleia Geral iniciou-se às dezassete horas com a presença de vinte e um associados, sendo que dezassete foram presenciais e três através de comunicação à distância, por meio da plataforma zoom.

A Assembleia Geral foi presidida pela Presidente, Procuradora Dr.ª Dulce Rocha, Associada n.º694, pela Vice-Presidente, Dra. Maria Clara Castilho, associada n.º393 e pelo Secretário, Professor Doutor João Couvaneiro, associado n.º 776.

Procedeu-se à leitura da Ata N.º 98 da Assembleia Geral, realizada a vinte e um dia do mês de março de dois mil e vinte e cinco, que foi aprovada por unanimidade pelos associados presentes que estiveram na referida Assembleia. Tendo-se notado que nela era feita referência à leitura de uma Ata anterior, a n.º 96, quando na realidade se referia à n.º 97.

Passou-se à leitura da Convocatória da reunião com a seguinte ordem de trabalhos:

- Discussão e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2026;
- Outros assuntos.

Antes de se passar à apresentação do Plano de Atividades, o Presidente da Direção, Dr. Manuel Coutinho informou os associados presentes que, antes desta Assembleia, se tinham reunido todos os Órgãos Sociais desta Instituição para resolver a questão da substituição da Presidente do Conselho Fiscal, Dr.ª Maria Luísa Aldim que foi eleita Vereadora da Câmara Municipal de Lisboa, visto que seria incompatível manter-se em funções neste órgão. Nesta reunião conjunta dos três órgãos do IAC foi eleita a Dr.ª Leonor Bragança, que aceitou previamente, com a condição de se realizar uma auditoria externa às contas do Instituto, facto que a Direção se prontificou a providenciar. Esta eleição da Dr.ª Leonor Bragança para nova Presidente do Conselho Fiscal do IAC foi igualmente aprovada por unanimidade e consequentemente ratificada pelos membros presentes da Assembleia Geral nos termos do artigo trinta e seis número três dos Estatutos do IAC.

Dando início à apreciação do Plano de Atividades foi explicado que estava programado que a sua explicação seria efetuada pelo Secretário-Geral, Dr. Vasco Alves, mas que este estava impossibilitado de o fazer por se encontrar doente. Assim, o Presidente, Dr. Manuel Coutinho começou por elogiar a nova apresentação do Plano, levada a cabo com o impulso da Doutora Fernanda Salvaterra e da Dr.ª Anabela Reis. Corresponde ao reconhecimento de que o Instituto de Apoio à Criança existe de uma forma transversal e daí a apresentação do plano por eixos estratégicos, numa nova lógica de intervenção. Deste facto resulta uma melhor leitura, mais clara e concisa.

A Doutora Fernanda Salvaterra realçou que as ações a desenvolver implicam a colaboração de técnicos de diversos setores, entre equipas, para prestar serviço à nossa população.

A Doutora Matilde Sirgado frisou este caminho, dando os parabéns a toda a Equipa. Constata que o *feed-back* que tem tido vem já do Relatório anterior em que os resultados do trabalho eram já mais evidentes. Disse acreditar vivamente nesta nova forma de trabalhar,

decorrente da vinda para esta nova sede, em 2019, com nova linha de ação, sem perder a especificidade, mas com nova sinergia.

O Tesoureiro da Direção, Dr. Nuno Domingues, manifestou a intenção, na parte do documento referente ao Orçamento, de o apresentar com gráficos e numa linguagem mais fácil de compreender os números da intervenção do Instituto, sem perder o rigor contabilístico a que o IAC está obrigado.

O Doutor João Couvaneiro deu o seu parecer positivo sobre a apresentação do Plano de Atividades, dado que tem tido a oportunidade de ver muitos Planos e considera este muito apelativo visualmente e fácil de apreender. Dada a sua área de intervenção, realçou a importância do eixo da participação, para combater os retrocessos na conquista dos valores, de se trabalhar com as crianças e jovens para que tenham voz.

O Dr. Manuel Coutinho informou que a Direção organizou um documento base para contacto com todas as autarquias para um trabalho conjunto no âmbito da educação, apresentando “pacotes” de formação de técnicos.

Na apresentação do Orçamento para 2026, a Dr.^a Nelma Alves informou que este foi efetuado com os dados das contas foram fechadas em setembro, tentando aproximar-se à realidade prevista para 2026. Não foram colocadas verbas de projetos em candidatura de que não exista já uma certeza de que serão verbas a serem recebidas. No que se refere à Escola de Segunda Oportunidade, o PRR deixará de existir a partir de dezembro mas, por uma questão de compromisso será garantida a continuação até julho, quando acaba o ano letivo, correspondendo a um risco calculado. No que se refere aos custos, 85% correspondem a custo com pessoal, mas sem os técnicos as atividades não poderiam ser levadas a cabo.

O Dr. Manuel Coutinho informou que estão a decorrer negociações com a Câmara Municipal de Lisboa relativas ao arrendamento desta sede, no sentido da redução da renda, o que equivaleria a uma redução da despesa.

De seguida, foi lida a ata número 68 do Conselho Fiscal, reunião presidida pela Dr.^a Paula Duarte, que deu o seu parecer favorável aos dois documentos em análise: Plano de Atividades e Orçamento para o ano de dois mil e vinte e seis.

A Presidente da Mesa, Dr.^a Dulce Rocha, submeteu, de seguida, em conjunto, à votação o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de dois mil e vinte seis, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

No que se refere ao ponto “Outros Assuntos”, a Senhora Procuradora Dulce Rocha elogiou a realização, no dia anterior, da Conferência “Cuidar e Proteger” que considerou muito interessante, com apresentação de vários setores intervenientes do Instituto, todas muito ricas, tendo ficado muito orgulhosa. Realçou, igualmente, a importância do tema da última Revista do Instituto, com um tema tão na ordem do dia: “Crescendo na era digital: reflexões sobre o impacto das redes sociais”.

A Doutora Matilde Sirgado considerou muito importante o desafio à participação na Revista das empresas do mundo empresarial, contando de iniciativas recentes de hotéis (Turim e Pestana).

A Dr.^a Anabela Reis trouxe a questão da necessidade de reflexão sobre o que pretendemos dos nossos associados. Sente que, quando convida pessoas, a quantia de cota de associado (sessenta euros/ano), poderá ser um bloqueio. Assim, sugere que se repense o valor.

O Dr. Nuno Domingues, Tesoureiro da Direção, assumiu o compromisso de trazer uma proposta aprovada pela Direção à próxima Assembleia de Associados.

No seguimento, foram aprovadas por unanimidade duas propostas de associados, as de António Nogueira Goucha Soares e de Manuela Nogueira Goucha Soares.

Cumprindo os requisitos legais e não havendo nada mais a tratar, a Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão pelas dezoito horas e trinta minutos.

A Presidente,
Associada n.º 694

Maria Dulce Rocha

A Vice-Presidente
Associada n.º 393

Maria Clara Cabral Castilho

O Secretário da Mesa
Associado n.º 776

João Correia

